

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*
Data: *16.01.90*

Class.: *1384*
Pg.: _____

190
A questão yanomami

Mauro Antônio Moraes Victor

Enquanto yanomamis e garimpeiros travam batalha de vida e morte em Roraima, nos gabinetes acarpetados do Planalto os burocratas travam outra batalha: a batalha baicharelesca e de trocadilhos sarcásticos para justificar o injustificável.

Retirar os 40 mil garimpeiros das reservas indígenas Yanomami para instalá-los no "colchão amortecedor" ou espaço envoltório dessas reservas, constituídas por áreas da Floresta Nacional de Roraima, é manobra primária. Esta manobra substancialmente não diminui o risco para os indígenas e para a integridade da floresta. Se é verdade que as reservas indígenas são invioláveis pela Constituição, também é verdade que as florestas nacionais, pela legislação vigente, não admitem atividades predatórias, como, por excelência, é a mineradora. Onde entra o garimpeiro, a mata é destruída; os rios são assoreados e contaminados por mercúrio; a caça desaparece e a vida dos povos da floresta torna-se impossível.

Sob o ponto de vista conceitual, as florestas nacionais devem abrigar primordialmente a exploração comercial de madeira, sob o chamado "manejo auto-sustentado", como o que se realiza experimentalmente na Floresta Nacional de Tapajós.

Desta forma, o recente Decreto Presidencial nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990, feito de encomenda para dar fachada legal à invasão da Floresta Nacional de Roraima, deve ser denunciado, pois abre também perigoso precedente, tornando vulnerável toda a rede de floresta nacional que perfaz mais de 40 milhões de hectares na Amazônia Legal (somadas as áreas propostas e já criadas). Imagine-se a moda pega... Essas florestas nacionais não resistiriam à pressão dos mais de um milhão de garimpeiros hoje vivendo na Amazônia.

Ademais, essas áreas da Floresta Nacional de Roraima, para onde seriam transferidos os garimpeiros, estão interditas por decisão judicial, sob a alegação de que também são território Yanomami.

Esta situação, porém, não causa espanto. Tem sido uma constante na história da predação do patrimônio natural, humano e cultural da Nação, sistematicamente destruído apesar da lei. A primeira legislação ambiental feita no Brasil data de 1594, quando a Câmara de São Paulo proibiu o corte dos pinheirais, prevendo severas

penalidades aos infratores. Depois, uma enxurrada de leis e decretos. Não obstante, os pinheirais que originalmente vestiam mais de 19 milhões de hectares do Sul do País, hoje estão reduzidos a minguados 500 mil hectares...

E as "penalidades aos infratores" sempre foram uma piada.

Da mesma forma, mestre Flávio Garcia ensina que a primeira reserva nacional data de 1911, quando mal. Hermes da Fonseca cria no território do Acre uma área de 2,8 milhões de hectares. Até hoje essa reserva não foi implantada, nem o decreto revogado.

A tragédia atual dos Yanomami também é mera continuidade do processo de extinção dos povos indígenas, apesar do virtuosismo legisferante.

Dos seis milhões de índios existentes à época do descobrimento, sobreviveram hoje 220 mil. De acordo com os dados do Cedi, dos 400 Yanomami que em 1987 viviam na região do paapiú, estima-se que a metade tenha morrido, vítima da malária e outras doenças introduzidas pelo branco, já que seus organismos estavam minados pela desnutrição e intoxicação mercurial.

Insensíveis ao genocídio, os burocratas de Brasília ainda se dão ao luxo de tripudiar sobre as vítimas com frases de efeito e trocadilhos de mau gosto:

"A questão Yanomami esta sendo tratada com açúcar e com muito afeto, do jeitinho brasileiro", debocha o ministro da Justiça.

Ao que o procurador-geral, muito apropriadamente rebate:

"Com tanto açúcar esta Nação acaba morrendo de diabetes..."

Ou ainda, o ministro da Justiça, desdenhando da ameaça de prisão de seu diretor-geral da Polícia Federal, feita pelo mesmo procurador-geral:

"A única cadeia que o diretor merece é a cadeia de televisão..."

Aos amantes desse gênero de tertúlia, cabe advertir: "No respect for the Yanomami, no money at all".

Aqui, justamente entra um fator complicador capaz de mudar radicalmente a predação secular: a par da resistência da cidadania e de um Ministério Público corajoso, existe a pressão da comunidade ambientalista internacional, que pode chegar ao extremo de barrar a entrada de dinheiro novo no País e bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior.

A era dos ambientalistas românticos acabou. A economia se internacionalizou e o meio ambiente também.

Agora mesmo, o governo negocia um pacote de recursos externos para programas ambientais no País. Deste constam mais de US\$ 150 milhões do Banco Mundial; 100 milhões de marcos da Alemanha Ocidental e US\$ 2 bilhões do Canadá, que incluem projetos no Acre. Certamente, o episódio dos Yanomami, de grande visibilidade internacional, afetará essas negociações. É a única linguagem que este acampamento de mercadores, em que se converteu a Nação, entende depressinha.

O governo Collor, que estuda o perdão parcial da dívida externa, trabalha dentro deste balizamento. Seu provável ministro das Relações Exteriores, Rubens Ricúpero, já sinalizou: "Para tornar possível o fluxo de capitais externos de risco (na forma de investimento ou empréstimo), o novo governo precisa articular uma política externa combinada com o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente"...

Tampouco pode o garimpeiro entrar como vilão nessa história. Comprovou-se que 70% dos invasores das reservas indígenas Yanomami são originários do Maranhão, de onde saíram pressionados pela questão agrária não resolvida e induzidos pelo mesmo governo. São apenas o elo final e mais sofrido de poderosa cadeia cevada no enriquecimento fácil. Claro que questão agrária é o pano de fundo desta tragédia moderna. Até o insuspeito Antônio E. de Moraes (insuspeito de contaminação lulista) já chegou à conclusão da necessidade da reforma agrária, a partir de elementar exercício aritmético: "Dos 200 milhões de hectares de terras agricultáveis existentes no País, apenas 50 milhões de hectares são usados racionalmente".

Se o governo Collor enfrentar a questão agrária com os mesmos subterfúgios e paliativos do atual (com o "jeitinho brasileiro"), por certo a questão indígena e a questão dos recursos nas florestas nacionais se agravarão nos próximos anos, afetando, de cambulhada, todo o quadro econômico interno e externo.

É só conferir.

□ Mauro Antônio Moraes Victor é engenheiro agrônomo, especializado em Ciências Florestais pela USP, e membro da SOS Mata Atlântica.